

330 CONTRA 1: análise do debate de gênero presente nas conversações online sobre o caso João de Deus¹

330 versus 1: analysis of gender debate present in everyday talk on John of God's case

Aléxia Silva Saraiva²
Carla Candida Rizzotto³

Resumo: João de Deus foi acusado de abuso sexual por centenas de mulheres ao final de 2018. Seu caso se deu em meio à quarta onda feminista, que nos anos 2010 ganhou nova força no combate à violência de gênero. Partindo da perspectiva ampliada da teoria deliberativa, este artigo investiga de que forma as demandas, características e estratégias dos movimentos feministas contemporâneos estão presentes em conversações cotidianas online sobre abuso sexual através da formulação e exposição de opiniões sobre o caso. Foi realizada uma análise de conteúdo em uma amostra de 6.472 comentários sobre o caso João de Deus, extraídos de publicações das páginas dos jornais O Globo e Estadão no Facebook entre dezembro de 2018 e janeiro de 2019. Três variáveis foram analisadas: mapeamento temático, turno de fala e racionalidade. Identifica-se quatro grupos no debate sobre gênero, sendo dois pró-feministas - condenação de João de Deus (54,7%) e defesa das vítimas (16,9%), que dominam o debate - e dois antifeministas - questionamento das vítimas (5,12%) e confronto com feministas (2,46%).

Palavras-Chave: Feminismos. Violência de gênero. Análise de comentários.

Abstract: Hundreds of women accused John of God of sexual abuse at the end of 2018. His case took place in the midst of the fourth feminist wave, which in 2010 gained new strength in the fight against gender violence. Starting from the expanded perspective of deliberative theory, this article investigates in what way the demands, characteristics and strategies of contemporary feminist movements are put in everyday talk about sexual abuse. A content analysis was applied to a sample of 6,472 comments on John of God's case extracted from posts on the Facebook pages of the Brazilian newspapers O Globo and Estadão between December 2018 and January 2019. Three variables were analyzed: positioning, shift of speech and rationality. The research identify four groups composing the gender debate: two of them are pro-feminists - condemning John of God (54.7%) and defending the victims (16.9%), groups that dominate the debate - and two are anti-feminists - questioning the victims (5.12%) and confrontation with feminists (2.46%).

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Mídia, Gênero e Raça da 9ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (9ª COMPOLÍTICA), realizado em formato remoto, de 24 a 28 de maio de 2021.

² Mestre em Comunicação pelo PPGCOM/UFPR, pesquisadora do grupo de pesquisa Comunicação e Participação Política (COMPÁ), alexiasrv@gmail.com.

³ Doutora em Comunicação. Professora do PPGCOM/UFPR, pesquisadora do grupo de pesquisa Comunicação e Participação Política (COMPÁ), carla_rizzotto@yahoo.com.br.

Keywords: *Feminism. Gender violence. Analysis of comments.*

1. Mais de 500 denúncias

A história de João de Deus, um dos mais famosos médiuns do país, ganhou um novo e obscuro capítulo ao final de 2018. Considerado o maior escândalo sexual do Brasil⁴, seu caso eclodiu em dezembro daquele ano, quando foi acusado de assédio por mais de 500 mulheres. O líder religioso era internacionalmente famoso por seus atendimentos e cirurgias espirituais, que realizava na chamada Casa Dom Inácio de Loyola, no pequeno município goiano de Abadiânia, e recebia até 10 mil visitantes por mês – grande parte deles de fora do país.

Após meses de investigação, os treze primeiros relatos de assédio foram veiculados entre 7 e 8 de dezembro no jornal O Globo⁵ e no programa Conversa Com Bial⁶, e traziam histórias semelhantes de mulheres que foram assediadas e estupradas por João de Deus em atendimentos individuais. Os episódios eram demarcados por uma relação de forte desigualdade de poder: muitas vezes as vítimas se sentiam vulneráveis e, posteriormente, incapazes de denunciar, fosse por medo ou vergonha. No entanto, João de Deus sempre se declarou inocente.

Com a grande repercussão midiática, o Ministério Público de Goiás abriu um canal de denúncias por e-mail para que outras vítimas compartilhassem suas experiências, o que levou a mais de 500 relatos de abusos que se estendem desde a década de 1980 até 2018⁷. No dia 12 de dezembro, o MP-GO pediu a prisão preventiva de João de Deus, acatada no dia 14 pela Justiça. No dia 16, ele se entregou à polícia e foi preso.

Até abril de 2021, o médium somou três condenações, totalizando uma pena de 63 anos e quatro meses. Ele foi declarado culpado por estupro, estupro de vulnerável,

⁴ “Se relatos se confirmarem, caso João de Deus será maior escândalo sexual do país, diz promotor”. O Globo. Disponível em: <https://glo.bo/3dRv2r9>. Acesso em 20 de abril de 2021.

⁵ “João de Deus é acusado de abuso sexual: leia na íntegra relatos de seis mulheres”. O Globo. Disponível em: <https://glo.bo/2PIS7bQ>. Acesso em 20 de abril de 2021.

⁶ “Em entrevista a Bial, mulheres acusam médium João de Deus de abuso sexual: 'Ele dizia que minha doença ia voltar'”. GShow. Disponível em: <https://glo.bo/3viLSVF>. Acesso em 20 de abril de 2021.

⁷ “MP e polícia recebem mais de 500 relatos de abuso e investigam se João de Deus lavou dinheiro”. G1. Disponível em: <https://glo.bo/3viLCpF>. Acesso em 20 de abril de 2021.

violação sexual mediante fraude e porte ilegal de arma de fogo. Ainda aguardam julgamento outros dez processos que envolvem outras 41 vítimas⁸. Desde 31 de março de 2020, João de Deus está preso sob regime domiciliar, cumprindo a pena em sua mansão em Anápolis (GO)⁹.

O caso João de Deus ganhou notoriedade principalmente pela sua fama e pelo gigantesco número de vítimas que se pronunciaram após as primeiras denúncias. No entanto, a violência sexual é um problema de gênero frequente e majoritário no Brasil, fazendo diariamente dezenas de vítimas. Segundo o Anuário de Segurança Pública 2020¹⁰, um estupro foi realizado a cada oito minutos no país. 85,7% das vítimas eram mulheres e 58,8% tinham até 13 anos de idade. Além disso, o ano de 2019 registrou crescimento de 7,1% no número de feminicídios com relação ao período anterior. 85,7% das vítimas foram assassinadas por companheiro ou ex-companheiro, e 66,6% delas eram negras.

A visibilidade para os números da violência contra a mulher é fundamental para compreender o tamanho do problema e, conseqüentemente, mapear medidas eficazes de combate. No Brasil, as duas últimas décadas foram marcadas por importantes avanços na legislação por direitos das mulheres, colaborando para a criminalização de um espectro mais amplo dos tipos de violência sofridos em decorrência da desigualdade de gênero. São exemplos a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), que criminaliza a violência doméstica, e a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/15), nova modalidade de homicídio qualificado que aumenta a pena do crime em casos de discriminação ao sexo feminino. As novas leis representaram uma mudança na forma com que estes crimes são julgados, uma vez que a visibilidade e conseqüente combate da violência de gênero só ganha força com a sua tipificação (MELLO, 2016).

⁸ “João de Deus é condenado a 40 anos de prisão em regime fechado”. Folha de S. Paulo. Disponível em: <<https://bit.ly/3exbibl>>. Acesso em 20 de abril de 2021.

⁹ “João de Deus completa um ano em prisão domiciliar sem que o recurso contra sua liberação tenha sido julgado”. O Globo. Disponível em: <<https://glo.bo/3dToWWY>>. Acesso em 20 de abril de 2021.

¹⁰ Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <<https://bit.ly/2QYHU5O>>. Acesso em 22 de abril de 2021.

Paralelamente à evolução jurídica, o país também observou uma nova movimentação do lado social: a popularização dos feminismos da chamada quarta onda feminista. Segundo Bogado (2018), o *boom* deste movimento se deu em 2015, ano que ficou conhecido como “Primavera Feminista”. Através de uma mobilização híbrida, presente tanto no ambiente online como no offline, mulheres passaram a se manifestar contra a violência de gênero e pelos seus direitos com maior protagonismo do que observado em anos anteriores. A adesão a esse momento se deu de forma tão ampla que, em poucos anos, os feminismos desta onda já promoveram alguns dos maiores movimentos de mulheres já vistos no Brasil: o #MulheresContraCunha, em 2015, e o #EleNão, em 2018 (RIZZOTTO, SARAIVA, NASCIMENTO, 2019).

Não é por acaso que ambos os movimentos são batizados por uma hashtag. Segundo Costa (2018), as redes sociais se tornaram, desde 2010, o mecanismo mais importante de mobilização política contemporânea, potencializando e produzindo alianças em uma velocidade até então inédita. Esse poder de mobilização se deu em grande parte pela adesão feminista ao uso de hashtags em campanhas de conscientização, tornando-se sua principal ferramenta política. A partir de 2014, as feministas passam a promover diversas ações que denunciam violências de gênero de forma massiva, como a #PrimeiroAssédio e a #MeuAmigoSecreto. Nessa nova lógica, os relatos pessoais de cada uma se tornam uma performance narrativa pública, na qual o “eu” desaparece em prol do coletivo. O que aconteceu com uma poderia ter acontecido com qualquer uma e, por isso, “mexer com uma é mexer com todas” (BOGADO, 2018).

Outra marca contundente desta nova geração é o protagonismo de suas interseccionalidades em detrimento do feminismo *mainstream*, caracterizado principalmente por mulheres brancas e de classe média – perfil que marcou as gerações anteriores do movimento no Brasil. Ambas as características se mesclam, uma vez que as redes apresentam “uma base suficientemente flexível para articular as múltiplas posições identitárias feministas dentro das lógicas interseccionais indispensáveis para a expressão dos novos ativismos das mulheres” (COSTA, 2018, p. 47).

Desta maneira, o caso João de Deus e a quarta onda feminista estão intrinsecamente vinculados pelo seu momento histórico. No entanto, é difícil mensurar o quanto as reivindicações feministas causam impacto fora da sua bolha de ação, e se conseguem estabelecer um diálogo com quem não se insere na dinâmica deste movimento social.

É nessa dinâmica que este trabalho nasce para buscar diagnosticar se essa interlocução existe. Derivado de uma dissertação de mestrado (SARAIVA, 2020), este artigo apresenta os principais resultados da pesquisa realizada, cuja pergunta é: de que forma as demandas, características e estratégias dos movimentos feministas contemporâneos se fazem presentes nas conversações cotidianas online sobre abuso sexual, manifestando-se na formulação e exposição de opiniões sobre o caso João de Deus?

Para responder à pergunta, foi realizada uma análise de conteúdo em uma amostra de 6.472 comentários retirados de 92 publicações sobre o caso João de Deus, oriundas das páginas dos jornais O Globo e Estadão no Facebook. As publicações foram realizadas entre 7 de dezembro de 2018, dia em que foram veiculadas as primeiras denúncias, e 9 de janeiro de 2019, quando João de Deus se tornou réu por crimes sexuais.

A metodologia de análise dos comentários é derivada da perspectiva ampliada da teoria deliberativa (YOUNG, 2014; MANSBRIDGE, 2009; DRYZEK, 2007). Para esta vertente, o sistema deliberativo tem nas conversações políticas cotidianas um importante instrumento para formar a opinião de indivíduos na sociedade. Por essa perspectiva, um debate não deve levar em consideração apenas uma argumentação racional, mas também as estratégias comunicativas subjetivas empregadas pelos indivíduos – tais como a presença de narrativa e emoções. Ademais, esta pesquisa também articula a compreensão de que as conversações políticas cotidianas podem acontecer em “terceiros espaços” (MENDONÇA, SAMPAIO, BARROS, 2016): espaços de sociabilidade que, mesmo tendo outras finalidades, são apropriados pelos indivíduos para a proposição de tais conversas – tal como o próprio Facebook.

Este artigo se subdivide em duas partes. Na primeira, explicamos a fundamentação teórica do estudo e a metodologia aplicadas na análise, bem como a

justificativa do recorte utilizado. Na sequência, apresentamos e analisamos os principais resultados obtidos, seção à qual se seguem as considerações finais.

2. Perspectiva ampliada da teoria deliberativa e seus métodos

A dissertação da qual deriva este artigo se insere em uma pesquisa macro, coordenada pela segunda autora, que busca compreender quais estratégias comunicacionais são empregadas por participantes de uma conversação na formulação e na exposição de suas opiniões sobre temas polêmicos em terceiros espaços com o objetivo de convencer seus interlocutores (RIZZOTTO, 2018; RIZZOTTO, BELIN, 2019). A pesquisa realiza uma análise de conteúdo de comentários postados em redes sociais sobre os temas aborto, cotas raciais, cortes dos recursos das universidades públicas pelo governo Bolsonaro, lei do feminicídio e, com este estudo, abuso sexual.

Para tanto, a pesquisa se insere na perspectiva ampliada da teoria deliberativa, um quadro teórico derivado da vertente habermasiana da democracia deliberativa. De forma resumida, para Habermas, a deliberação se dá quando um grupo de indivíduos busca uma solução razoável para um problema através da troca de argumentos racionais. Com a força do melhor argumento, as partes chegam a um consenso do que seria melhor para todos. (HABERMAS, 1984, apud. STROMER-GALLEY, 2007; MIGUEL, 2014; FRIESS, EILDERS, 2015). Dessa maneira, “o consenso é o objetivo implícito de todas as trocas comunicativas” (MIGUEL, 2014, p. 20).

Nessa perspectiva, o conceito de deliberação foi alvo de diversas críticas, passando por um longo amadurecimento (STROMER-GALLEY, 2007). Uma das autoras que se dedica a expandir esse universo é Jane Mansbridge (2009). Para ela, o sistema deliberativo vai além da mera deliberação formal e engloba também as chamadas conversações cotidianas. Essas conversações, que se dão em um âmbito de informalidade, estariam livres da obrigação de se chegar a um consenso ou de ter um objetivo concreto. Por isso, teriam uma maior flexibilidade na apresentação das características deliberativas tidas como ideais – tais como racionalidade, igualdade, reciprocidade e respeito entre interlocutores (MAIA, 2008).

Mansbridge explica que a conversação cotidiana:

constitui-se em um dos extremos de um espectro que tem como extremo oposto os processos que se estabelecem em assembleias públicas de produção de decisões. A conversação cotidiana produz resultados coletivamente, mas não de maneira coordenada. Ela frequentemente produz resultados coletivos [...] através de efeitos combinados e interativos de ações de indivíduos relativamente isolados. Uma assembleia de tomada de decisão, em contrapartida, produz resultados em conjunto, geralmente através da troca de razões na interação face a face. A conversação cotidiana não é necessariamente pensada como outra ação que a própria conversação; a deliberação em assembleias almeja, ao menos em teoria, a ação. A conversação cotidiana pode ser quase puramente expressiva; a deliberação em assembleias, ao almejar a ação, é geralmente intencional. A deliberação em uma assembleia pública tem geralmente o objetivo de produzir uma decisão coletivamente vinculatória. (MANSBRIDGE, 2009, p. 208-9)

Por serem incluídas no sistema deliberativo como uma etapa prévia da deliberação oficial, as conversações cotidianas funcionariam como processos deliberativos “não oficiais”, auxiliando na formação da opinião dos indivíduos sobre um determinado tema político. Sendo assim, segundo Mansbridge, a troca de opiniões entre ativistas e não-ativistas de movimentos sociais – no caso, dos feminismos – aconteceria justamente neste momento das conversações. Assim, este ambiente informal e não polarizado proporcionaria uma ampliação dos vieses com os quais os indivíduos têm contato, criando um espaço saudável de troca.

Também nessa lógica, para Iris Young (2001), a democracia deliberativa deveria ser mais inclusiva, e abarcar as diferenças sociais presentes em diferentes tipos de discurso. Ao considerar apenas a argumentação racional, o sistema estaria restringindo a poucos a possibilidade de integrar uma conversação. Por isso, a subjetividade dos sujeitos deveria ser levada em consideração, reconhecendo marcas de privilégio social e cultural.

Em muitas situações formais os brancos de classe média que tiveram acesso à educação agem como se tivessem um direito de falar e como se suas palavras fossem carregadas de autoridade, enquanto os locutores de outros grupos sentem-se intimidados pelos requisitos de argumentação e pela formalidade das regras do procedimento parlamentar. Portanto, deixam de falar, ou falam de um modo que aqueles em posição de dominância consideram “perturbador”. Normas de assertividade e combatividade e a obrigação de falar de acordo com as regras da disputa são poderosos silenciadores ou avaliadores de discurso em diversas situações reais de discurso num contexto de grupos cultural e socialmente diferenciados. Os grupos dominantes tendem, além do mais, a não notar essa desvalorização e esse silenciamento, enquanto os menos privilegiados sentem-se diminuídos ou frustrados, perdendo confiança em si ou enraivecendo-se. (YOUNG, 2001, p. 372)

Segundo Young, uma das estratégias retóricas passíveis de serem contempladas seria a narração pessoal, através da qual o indivíduo expõe uma opinião a partir de uma experiência vivida. Assim, no âmbito das conversações políticas cotidianas, a racionalidade da argumentação também possibilita abarcar emoções contidas nas argumentações (Ibid.). Mais do que a anterior “troca de razões”, a conversação cotidiana se torna uma “troca de considerações” (MANSBRIDGE, 2009, p. 228).

Também atuando nesta perspectiva ampliada da deliberação, Mendonça, Sampaio e Barros (2016) propõem que a conversação cotidiana pode surgir nos chamados “terceiros espaços”: ambientes online ou offline que, apesar de desprovidos de objetivos deliberativos, veem emergir naturalmente uma socialização em torno de temas políticos. Segundo os autores, esse fenômeno pode ser encontrado, no ambiente virtual, em fóruns, sites de veículos jornalísticos ou redes sociais. Para eles, “apesar da concentração dos estudos nos espaços formais e/ou gestados para discutir política, boa parte da sociabilidade política ocorre fora destes espaços, o que demanda uma expansão dos objetos de estudo” (2016, p. 16).

É por entender a importância das conversações cotidianas que se dão nestes terceiros espaços que o estudo atual procura, nos comentários publicados em posts no Facebook, uma possível influência dos feminismos nas estratégias comunicacionais dos usuários.

O corpus da pesquisa é composto por comentários extraídos de publicações no Facebook em duas páginas jornalísticas que cobriram factualmente o caso: O Globo e Estadão¹¹. As publicações foram localizadas nas páginas através de uma busca avançada por meio da palavra-chave “João de Deus”. Na sequência, foram realizadas duas filtragens nas postagens: uma de conteúdo e uma temporal. A primeira, feita de modo manual, selecionou apenas postagens que tratavam efetivamente do escândalo sexual, excluindo outros assuntos que se misturaram à pauta ao longo do processo, como outros crimes nos quais ele estava envolvido – o que distanciava as

¹¹ As páginas foram selecionadas pela audiência dos jornais. Segundo o medidor de audiência online comScore MyMetrix, os três jornais mais acessados do país em 2018 foram O Globo, Estadão e Folha de S. Paulo - que não alimenta a página na rede social desde o início daquele ano.

conversações do tema estudado. Já o recorte temporal limitou o período das publicações de 7 de dezembro de 2018 a 9 de janeiro de 2019, partindo do início das denúncias das vítimas até o dia em que João de Deus se torna réu por crimes sexuais.

Dessa seleção, restaram 54 postagens d'O Globo e 38 do Estadão, das quais foram extraídos, respectivamente, 23.455 e 9.991 comentários. O corpus da pesquisa foi composto por uma amostra de 99% de confiança e 2% de margem de erro para cada um dos jornais. Assim, foram analisados 3.534 comentários d'O Globo e 2.938 do Estadão, sendo 6.472 comentários no total.

Neste artigo, realizamos um recorte de três das dez variáveis analisadas na dissertação, selecionadas por serem as que respondem à pergunta de pesquisa de forma mais direta. São elas: mapeamento temático dos comentários, turno de fala e racionalidade¹².

A primeira variável subdivide, em oito grupos, o mapeamento dos posicionamentos apresentados nas conversações online sobre o caso João de Deus (V1). Por se tratar de um assunto complexo, as opiniões não são passíveis de serem categorizadas entre os polos “contra” ou “a favor”. Com alto grau de subjetividade, as opiniões em torno do caso são mais diversas. Por isso, esta variável mapeou, a partir de leitura flutuante, essas oito categorias comuns (TABELA 1). São elas: a) condenação de João de Deus, incluindo, em geral, ofensas, pedidos de condenação e comemoração da sua prisão; b) defesa das vítimas, legitimando a veracidade das denúncias, expressando empatia às vítimas e abarcando vieses feministas; c) defesa da religião e d) questionamento da religião, que giram em torno de culpar ou absolver as religiões como responsáveis pelos abusos sexuais; e) piadas com o caso, expressando humor a respeito dos fatos narrados; f) indignação com o sistema, abrangendo tópicos relacionados ao contexto político do país e como este influenciaria no decorrer do caso; g) questionamento das vítimas, desacreditando os relatos compartilhados; h) conflito com as feministas, a partir do estabelecimento de

¹² A saber, as outras variáveis presentes no estudo são: compreensão, tipo de pensamento, tema, forma, fonte da justificativa, estratégia retórica e recursos argumentativos, variável binária que identifica a presença de ameaça, sarcasmo, analogia, narração, insulto ou humor (SARAIVA, 2020).

provocações voltadas especificamente ao movimento e que não tratam diretamente do caso João de Deus, embora estejam no mesmo universo relacional.

TABELA 1
Exemplos de comentários da variável de mapeamento (V1)

Categoria	Exemplos de comentários
Condenação de João de Deus	<i>“João de Deus que nada, é um charlatão estuprador que abusa da fé e dos momentos de fragilidade das pessoas”</i>
Defesa das vítimas	<i>“330 mulheres denunciando e o povo duvidando. Imagina se há anos atrás uma resolvesse denunciar sozinha. Aliás, houve sim denúncia e arquivamento pela polícia. É só pesquisar. Estranho é a palavra de um homem valer mais do que de 330 mulheres.”</i>
Defesa da religião	<i>“Tem sempre alguém sujando a fé dos outros Infelizmente muitos vão começar a dizer que todos que fazem parte da religião não presta Por favor independente da crença não confunda a doutrina com falta de caráter”</i>
Questionamento da religião	<i>“Dá pra entender agora porque pessoas continuam seguindo Edir Macedo? O desespero por obter uma cura ou uma vida menos frustrante, supera qualquer coisa.”</i>
Piada com o caso	<i>“Mas rapaz, só espírito hetero que possuía ele? 😏”</i>
Indignação com o sistema	<i>“A sorte é que o STF entrou em recesso....pq se batesse na mão do "Gilmar boca de sapo" ou "Marco Aurélio esquizofrênico", esse cara já tava solto.”</i>
Questionamento das vítimas	<i>“Agora vai aparecer biscate de tudo que é lugar inventando estórias pra fuder com o veio macumbeiro!”</i>
Conflito com feministas	<i>“Patricia Mattia Vivemos tempos de vitimismo total pelas mulheres, é como se vivêssemos num país onde não tivesse violência contra crianças, idosos e homens!”</i>

FONTE – SARAIVA, 2020.

No turno de fala (V2), analisa-se a presença de interlocução entre os participantes do debate, observando se há diálogo entre eles. Um texto pode ser classificado como comentário novo (monológico) ou resposta (dialógico) (TABELA 2). Segundo Stromer-Galley (2007), a reciprocidade é positiva para um debate, uma vez que este se desenvolve quando os indivíduos trocam argumentos entre si.

TABELA 2
Exemplos de comentários da variável turno (V2)

Categoria	Exemplos de comentários
Novo	<i>“Um líder espiritual não deveria mesmo paquerar uma mulher. Falta de ética e bom senso.”</i>

Resposta	<p><i>“Ana Lucia Avelino você viu UMA entrevista com UMA vítima, e já julga todas as mais de TREZENTAS (até o momento) da mesma forma? Nossa, muito solidária vc. E realmente as pessoas quando estão passando por PROBLEMAS, maioria das que frequentam o centro, estão tão fragilizadas emocionalmente que acabam acreditando que o abuso realmente faz parte dos rituais praticados ali. Ele faz a vítima acreditar nisso, tem lábia. Mas é mais fácil sempre culpar a vítima, claro. Patético.”</i></p>
-----------------	---

FONTE – SARAIVA, 2020.

Por fim, a variável de racionalidade (V3) avalia a presença da justificativa de uma opinião (TABELA 3). Isso se dá porque, na deliberação habermasiana, uma declaração deve ser acompanhada de evidências racionais para fundamentá-la. Para Stromer-Galley, “uma expressão é racional se a alegação fornece evidências que podem ser confirmadas através da observação ou que podem ser empiricamente negadas” (2007, p. 4). Segundo Marques (2011, p. 21), “os pontos de vista devem ser construídos sob a forma de argumentos potencialmente aceitáveis por todos e capazes de ser desafiados e justificados”. A variável avalia, portanto, se há presença de argumentação ou justificativa da visão de seus autores nas opiniões publicadas.

TABELA 3
Exemplos de comentários da variável racionalidade (V3)

Categoria	Exemplos de comentários
Racional	<p><i>“Se Deus quiser a verdade e justiça ja estao prevalecendo. É impossível acreditar na inocência deste homem. Por mais cego q você seja, não é 3, 10 ou 15 vítimas, sao mais de 300.”</i></p>
	<p><i>“Não é uma questão de religião que se discute aqui. Aliás todas religiões que ensinam o amor e a caridade são boas e devem ser respeitadas. O que se discute é o caráter de uma pessoa que usa a boa-fé das outras pessoas em proveito próprio, machucando-as, expondo-as, abusando fisicamente e emocionalmente, mudando suas vidas negativamente. Deus tenha piedade dessas mulheres, inclusive da filha dele e envie muita luz, amor e força. E que o espiritismo, uma religião tão bonita, não seja desrespeitado pela atitude de uma pessoa. Infelizmente nos deparamos com milhares padres, pastores, médiuns que usam da crença para causar a dor aos outros. Isso tem que acabar.”</i></p>
Não-racional	<p><i>“Ainda essa nojeira tem Deus no sobrenome lamentável... Cadeia pra ele!!!!”</i></p>
	<p><i>“Gente será que incorporou uma entidade tarada no João? essa será a desculpa mais conveniente da defesa!”</i></p>

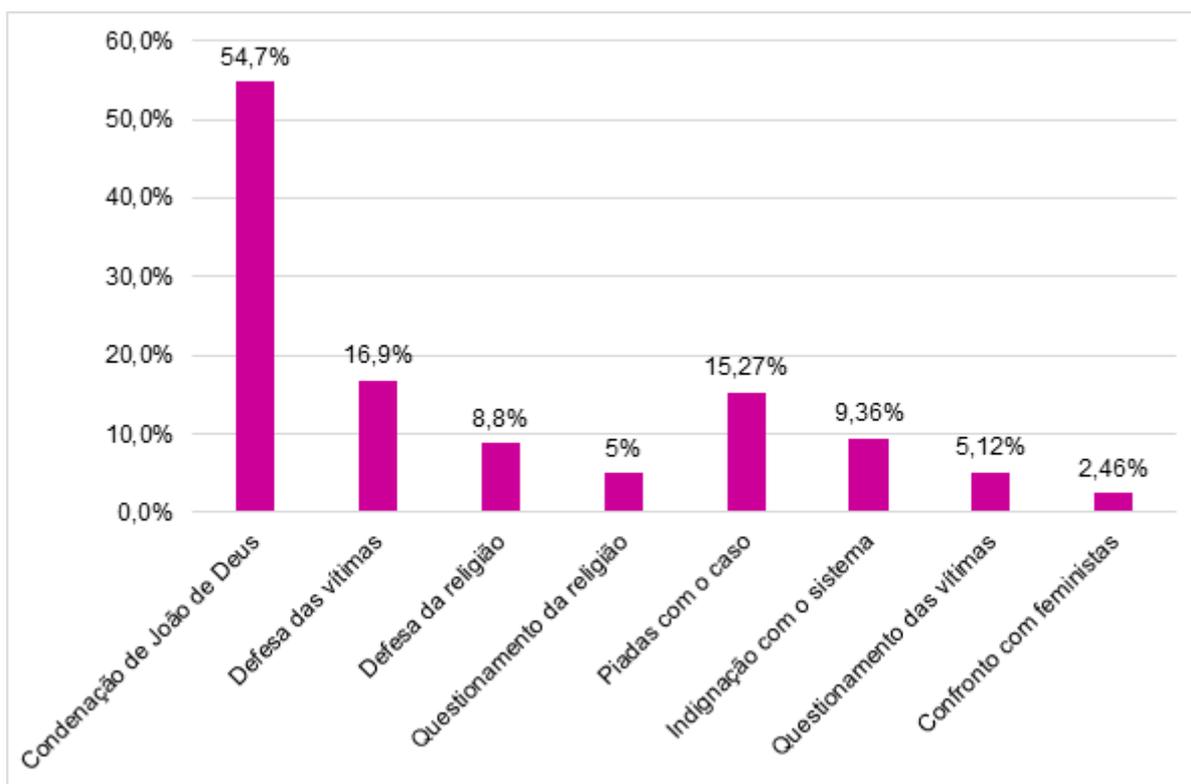
FONTE – SARAIVA, 2020.

Uma vez apresentada a metodologia utilizada, passemos então à análise dos resultados.

3. 300 contra 1: quantas mulheres equivalem à palavra de um só homem?

A título de melhor responder à pergunta de pesquisa, apresentaremos primeiramente a frequência simples das categorias que compõem o mapeamento temático (GRÁFICO 1), que funciona como a variável central deste trabalho. Na sequência, passaremos diretamente ao cruzamento desta variável com as outras duas, de forma a explicitar as principais inferências das conversações de cada grupo. Para sermos mais assertivas, teremos como foco de análise as categorias que se relacionam de forma implícita ou explícita à temática de gênero: condenação de João de Deus, defesa e questionamento das vítimas e confronto com feministas¹³.

GRÁFICO 1
Frequência do mapeamento (V1)



FONTE – SARAIVA, 2020.

¹³ Para um maior detalhamento de cada categoria e suas implicações para as conversações, ver Saraiva (2020).

A primeira categoria é também a mais significativa de todo o corpus analisado. Com 54,7% dos comentários, a condenação de João de Deus engloba reações rápidas e concisas às notícias veiculadas, frequentemente apresentando ofensas: “O João Deus dos horrores”, “Bandido, o inferno te espera”, “Esse médium João é um tarado, só gostava das bonitinhas, borracha no lombo do canalha e cadeia”.

A segunda categoria mais significativa endossa a primeira: a defesa das vítimas (16,9%). Porém, aqui os comentários são contextualizados e mais elaborados, além de confiar no depoimento das vítimas, relacionam o caso ao contexto dos feminismos contemporâneos e a outros casos de assédio, de fato diagnosticando o acontecido como um problema de gênero: “Abençoada seja a primeira mulher que foi lá denunciar e assim deu coragem a tantas outras, de se abrir e se mostrar num momento tão horrível. A CULPA NÃO É DA VÍTIMA”. Aqui também se encontram comentários que apontam para o machismo estrutural da sociedade como o responsável não apenas por casos como o de João de Deus, mas pela própria opinião de quem duvida das vítimas.

Do outro lado do espectro de opinião, 5,12% dos comentários foram identificados como questionamento das vítimas. Se, na categoria anterior, identificamos uma defesa dos depoimentos acusatórios, nesta temos um ataque à sua integridade – indagando por que as denúncias demoraram tanto tempo, acusando as vítimas de mentir para lucrar com indenizações e, em alguns casos, mesmo defendendo João de Deus: “Muito preocupante... Anos e anos e só agora essa mulherada resolve falar. Acho q tinha que investigar quem denuncia também e punir caso a investigação descobrisse que nada disso tivesse acontecido. 2018 , tantos meios de comunicação e ninguém nunca falou nada. Parece que fazem de propósito para virar manchete na retrospectiva”. Esta é a única categoria integralmente dentro do tema que se posiciona como contrária às vítimas. Isso porque o confronto com as feministas, ideologicamente próximo dessa categoria, se trata de um tema relacional, e não estrutural ao caso João de Deus – ou seja, não aborda diretamente o assunto em pauta. Com 2,46%, a categoria questiona onde estão as feministas no debate, estabelecendo um conflito direto. No entanto, o grupo falha em estabelecer essa

interlocução, já que as respostas obtidas geralmente retornam ao tema estrutural e interligam a presença feminista à defesa das vítimas.

Comentário primário: KD a turma do mexeu c uma mexeu c todas, só serve qdo a vítima e famosa?

Réplica 1: Paulo Sergio Nunes Nunes não fale do que não sabe ! Se não pode ajudar ou ter compaixão ; não se manifeste !!! Se fosse sua irmã ou mãe ou esposa talvez você soubesse da merda de comentário feito


Réplica 2: Só sabe comentar isso, Ronaldo? Em todo o post tá comentando a mesma coisa, muda o disco! E estamos aqui, prazer 🗨️

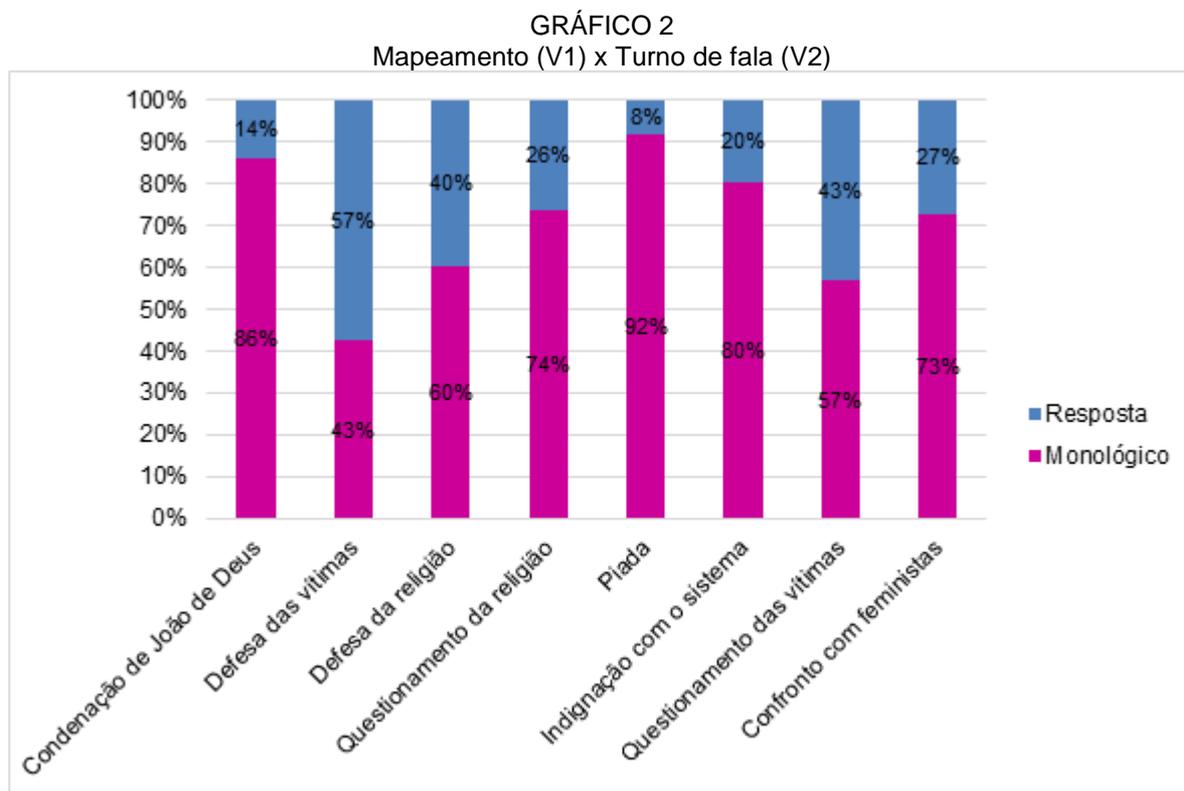
Não é possível dizer que o conjunto das conversações cotidianas sobre o caso João de Deus seja polarizado entre feministas e antifeministas, uma vez que os participantes desse diálogo não precisam ter qualquer tipo de conhecimento prévio sobre o tema. No entanto, podemos esboçar um debate sobre gênero a partir do diálogo entre essas quatro categorias. Do lado pró-feminista, vemos que o grupo de defesa das vítimas é o mais próximo de uma presença declaradamente feminista. Isso se dá através de posicionamentos explícitos, referências ao movimento e argumentação baseada no coletivo. Em segundo lugar, a condenação de João de Deus mostra uma massa considerável de sujeitos que acreditam nos depoimentos das vítimas e condenam o acusado. Mesmo não se tratando de comentários complexos, esse volume colabora para um apoio às vítimas, simpatizando com o posicionamento feminista mesmo que de forma não declarada.

Do lado antagônico, por sua vez, também vemos aqueles que já trazem uma bagagem antifeminista prévia – conflito com as feministas – e os que aderem a uma lógica argumentativa contrária às vítimas, sem necessariamente relacionar seu posicionamento com o movimento.

Comparando a força dos grupos em quantidade, os defensores das vítimas são duas vezes mais volumosos que seus questionadores. Somando os dois espectros, temos 71,6% dos comentários favoráveis às vítimas, e 7,58% questionando sua veracidade ou confrontando as feministas.

Passando à variável seguinte (V2), avaliamos o turno da fala dos comentários, verificando se eles apresentam sinais de diálogo com interlocutores já presentes no diálogo, ou se criam comentários novos. A grande maioria deles (70,3%) são

monológicos – mais que o dobro dos 29,7% dialógicos. Ou seja: $\frac{1}{3}$ dos comentários sobre o caso se engajam na conversação preexistente. Essa presença é um sinal positivo para a qualidade do debate, já que a interlocução direta de opiniões entre participantes exercita a reciprocidade e demonstra uma escuta ativa, que pondera pontos de vista diferentes e complementares. Como aponta Stromer-Galley (2007), um engajamento genuíno é demarcado por participantes que falam uns com os outros. Em espaços digitais, observamos esse engajamento em respostas que acrescentam novas informações ao que já foi apresentado. No Gráfico 2, observamos como essa característica está presente em cada um dos grupos mapeados.



FONTE – SARAIVA, 2020.

Das oito categorias, apenas uma é preponderantemente dialógica: a defesa das vítimas, com 57%. Todas as outras tendem, em sua maioria, a falar sozinhos mais do que interagir com outros. A particularidade da defesa das vítimas denota uma de suas características mais relevantes para a compreensão do grupo no contexto das conversações: sendo responsivos, esses comentários são os principais propulsores

de reciprocidade e engajamento dentro desse contexto. Além disso, demonstram uma forte intenção em aprofundar e levar adiante o que foi anteriormente postulado. Como seu conteúdo é voltado à defesa de um tema, observamos que essa réplica é muitas vezes impulsionada por um comentário de opinião antagônica. Ou seja: esse grupo surge como uma reação.

É interessante verificar que seu opositor direto, o grupo do questionamento das vítimas, é o segundo de maior dialogicidade: 43%. Os números indicam que, pelo alto grau de engajamento e por tratarem fundamentalmente da mesma discussão – seu posicionamento com relação às denúncias feitas pelas vítimas -, esses grupos tendem a interagir entre si.

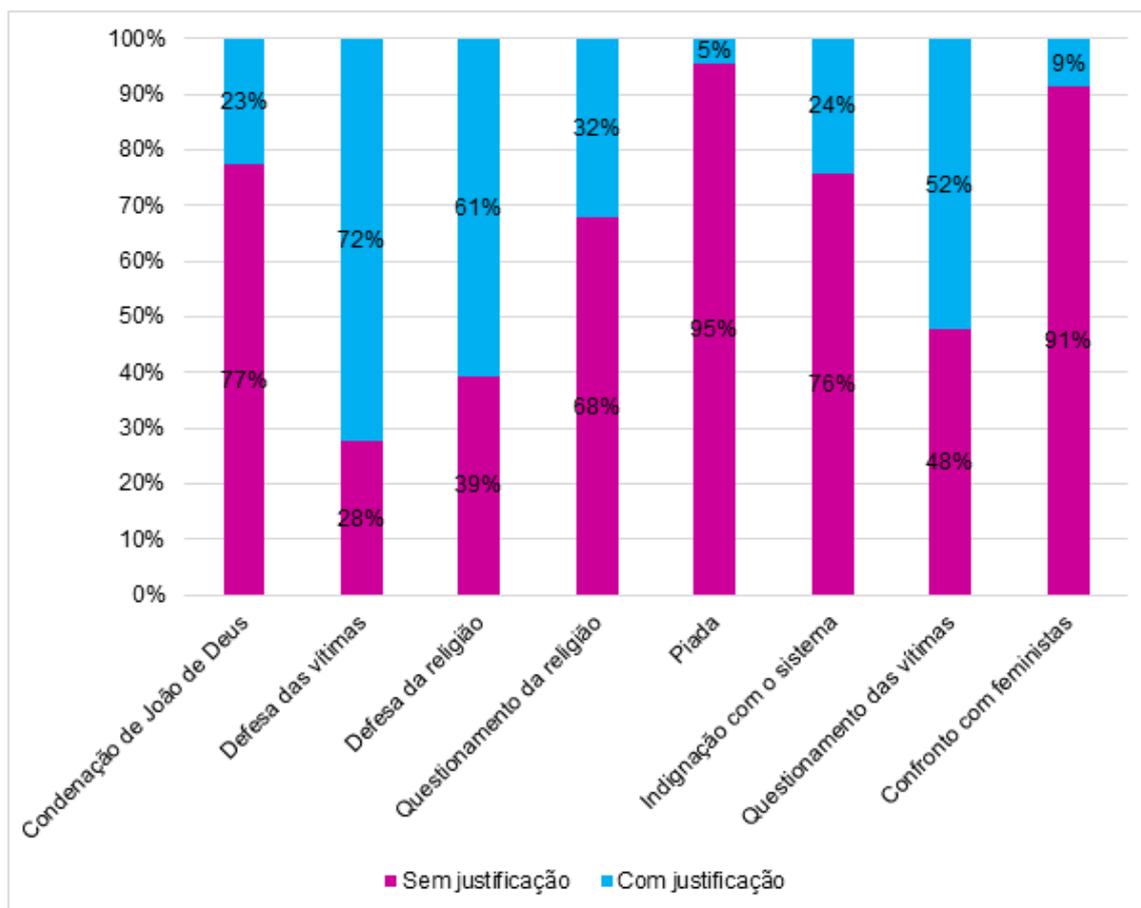
Já as acusações – seja contra João de Deus, seja contra as feministas – são mais monológicas e menos recíprocas. No primeiro caso, o grupo é o segundo com menor engajamento, mostrando que as condenações tendem a expor uma opinião e esgotá-la ali mesmo, sem aprofundamento ou reflexão posterior.

A partir destes dois exemplos, inferimos que as acusações são primordialmente mais impetuosas e menos recíprocas: vide condenação de João de Deus (86% monológica), indignação com o sistema (80%), questionamento da religião (74%) e confronto com feministas (73%). As defesas, por sua vez, tendem a ser mais responsivas. Essa é uma característica que pode ser inerente a este tipo de comentário, se pensarmos que só há uma defesa se antes houver uma acusação. Mesmo assim, veremos que o conteúdo apresentado por cada um corrobora para confirmar essa hipótese: a de que a defesa é mais engajada e mais argumentativa do que os questionamentos, acusações ou ataques. Da mesma forma, apenas ¼ do confronto das feministas apresenta essa possibilidade de troca.

Se, aqui, buscamos a presença de um diálogo, na variável de racionalidade (V3) verificamos a presença de uma justificativa na opinião publicada (GRÁFICO 3). Através dela, é possível identificar os grupos que mais têm propensão a argumentar e apresentar fatos ou ideias que validem suas visões. Juntas, essas duas variáveis esboçam os grupos que efetivamente participam de um diálogo mais favorável à noção de deliberação. Foram consideradas justificativas histórias e opiniões pessoais,

argumentos lógicos ou baseados na coletividade, embasamentos com base em links externos ou ainda argumentos religiosos.

GRÁFICO 3
 Mapeamento (V1) x Racionalidade (V3)



FONTE – SARAIVA, 2020.

Aqui, novamente observamos que a categoria de defesa das vítimas lidera a apresentação de justificativas (72%). Daí é possível deduzir que de fato este é o grupo mais propenso ao debate, não apenas replicando seus interlocutores, mas também apresentando argumentos que possam embasar sua opinião. Na sequência, novamente vemos o questionamento das vítimas, com percentual de 52% – mais um indício de que ambos os grupos de fato estabelecem um vínculo entre si.

Já os outros dois grupos vinculados à discussão sobre gênero tendem a argumentar pouco: apenas 23% dos comentários de condenação de João de Deus e 9% dos comentários de confronto às feministas possuem algum tipo de embasamento.

Assim sendo, consolidamos os principais resultados vinculados à discussão sobre gênero nas conversações sobre o caso da seguinte maneira:

- a) A categoria de condenação de João de Deus é a mais volumosa e se alinha, ainda que de forma superficial, às ideias da defesa das vítimas por concordarem em acreditar nas denúncias contra o médium. No entanto, é uma categoria fechada em si mesma, com pouca reciprocidade e argumentação. Exemplo: *“Que morra na cadeia.”*
- b) A defesa das vítimas é a principal engajadora do debate, consolidando essa posição através da presença de argumentação e de reciprocidade com outros interlocutores. Além disso, tem o triplo de volume que o questionamento das vítimas, sobressaindo-se na força do debate. Exemplo:

“Sempre isso: mais de 300 denúncias contra um homem e a palavra dele ainda vale mais que as vítimas e pra defesa, olha a novidade: colocar a vítima como a “provocadora” da sua violência. Nada de novo nesse sociedade machista que culpabiliza a mulher em tudo, desacredita a sua palavra e “vitimiza” o agressor. NOJO é que define.”

- c) Apesar dos números inferiores à defesa, o questionamento das vítimas apresenta uma média alta de engajamento, o que denota um estabelecimento de diálogo com seu grupo antagonista. Exemplo:

“Opa! A mera acusação hoje já é tratada quase como certeza, tem de ter provas sim, e digo mais a falsa acusação deve ser crime hediondo, já que destrói a vida do envolvido. Acusar é mole, tem que provar sim com os devidos exames cabíveis... No mais estupro é questão de pena de morte... Só acho”

- d) O conflito com as feministas é um grupo altamente monológico e não-argumentativo, funcionando em uma lógica externa às conversações que estão se dando em volta do tema principal. Exemplo: *“Onde estão as feminazis globais de sovaco peludo pra protestar contra este canalha.? Puts esqueci que as feminazis da globo consideram o médium estrupador como guru espiritual.”*

Como dissemos, para responder à pergunta de pesquisa, podemos delinear que esses quatro grupos se consolidam em dois espectros ideológicos de comentários que nos ajudam a responder de que forma as características dos movimentos feministas contemporâneos se fazem presentes nas conversações online sobre abuso sexual com foco no caso João de Deus.

De um lado, então, temos o espectro antifeminista, no qual percebemos uma diferença considerável entre as categorias. Isso porque o questionamento das vítimas apresenta reciprocidade e argumentação, se posicionando dentro da lógica de debate e estabelecendo uma interlocução com a defesa das feministas. Seu objetivo é colocar em dúvida os depoimentos das vítimas, encontrando possíveis contradições em suas histórias. É neste grupo que encontramos um ponto nevrálgico e historicamente presente no debate sobre gênero: a reprodução de estereótipos sobre vítimas de violência doméstica e sexual.

Segundo Biroli (2017), os estereótipos vão além de uma mera distorção e falsidade de interpretação, porque estão na base das representações da realidade internalizadas pelos indivíduos e orientam suas ações. Os estereótipos “são, eles mesmos, parte dos processos sociais de definição de papéis e reprodução dos valores. Os estereótipos participam da dinâmica social na qual se definem caráter, personalidade e disposições individuais” (BIROLI, 2017, p. 77).

Alguns dos principais argumentos articulados nesta categoria são os mesmos recursos machistas largamente utilizados nos tribunais em casos de violência de gênero para defender os réus, como retomar a boa reputação e caráter do homem e questionar a integridade da vítima, mostrando como seu próprio comportamento levou ao abuso¹⁴ (BLAY, 2008, p. 40). Outros ainda exigem a comprovação dos abusos sexuais, questionam a falta de reação ou denúncias por parte das vítimas, apontam inconsistências nos depoimentos, entre outros. Para Vigarello e Magalhães (1998, p. 48), essa suspeita sobre as vítimas “atravessa a história do estupro e é indissociável das representações das mulheres”. Assim, apesar de justificar suas opiniões com argumentos mais pessoais e lógicos, sem evidências concretas, esse grupo apresenta o mesmo desconhecimento a respeito de violência contra a mulher visto ao longo de

¹⁴ Tais argumentos continuam a ser utilizados em julgamentos de casos recentes de violência de gênero. Cabe citar aqui o caso de violência sofrida pela influenciadora digital Mariana Ferrer, que alcançou grande repercussão nacional no final de 2020. No julgamento, o advogado de defesa de seu esturador, André Aranha, alegou que ele não tinha “intenção de esturpar” e chamou de “ginecológicas” fotos postadas por Mariana em suas redes sociais. O réu foi absolvido pelo juiz Rudson Marcos, que alegou as denúncias improcedentes.

toda a história do movimento feminista. Ele representa, assim, um senso comum estrutural e histórico, de herança patriarcal.

Por outro lado, o confronto com as feministas é altamente incivilizado, frequentemente se utilizando de insultos e agressividade, além de baixas argumentação e reciprocidade. Notamos, nessa categoria, que este grupo não surge dentro da lógica do caso João de Deus: ele é projetado neste caso a partir de um posicionamento antifeminista preexistente no âmbito político, que denota uma indignação prévia com as feministas, claramente identificada por uma aplicação irônica e frequente da expressão “mexeu com uma, mexeu com todas”. Identificamos neste grupo uma característica que surge junto dos feminismos contemporâneos: o *backlash*, movimento conservador e contrário aos avanços das demandas e direitos sociais como um todo – incluindo os das mulheres. Essa força antagonista, segundo Biroli (2018), luta contra as transformações dos papéis sociais, da conjugalidade e da sexualidade pelas quais a sociedade tem passado. Para ela, esses atores políticos conservadores atuam

para restringir a pluralidade dos arranjos familiares e pelo retorno a padrões sociais de controle que foram, em muitos sentidos, superados no cotidiano das pessoas e nos marcos legais adotados no ciclo democrático iniciado com a Constituição de 1988 e consolidados em vários aspectos no Código Civil de 2002, bem como em decisões posteriores da justiça brasileira e em compromissos internacionais assumidos pelo país. (BIROLI, 2018, p. 16)

Assim, esse posicionamento é diagnosticado nesses comentários que se caracterizam pelo embate direto, sem nenhuma contribuição para o debate sobre o caso João de Deus.

O espectro pró-feminista, por sua vez, também apresenta grandes diferenças entre si. Pelos números altamente divergentes das outras categorias, vemos que a defesa das vítimas tem algumas peculiaridades. Seu alto nível de reciprocidade, dialogicidade e racionalidade sugerem que seu movimento vem como reação a outro: o dos questionamentos. Assim, sua principal característica se define por explicar a outros sujeitos uma perspectiva mais favorável às vítimas, combatendo os estereótipos de gênero e justificando seu comportamento – e se aproximando, assim, do grupo mais próximo de uma militância feminista no debate, por vezes abertamente

se declarando como tal. De todas as categorias, esta é a mais aberta a um debate racional e recíproco, pois tem no seu cerne um caráter explicativo.

Esse comportamento está aliado a uma das características da quarta onda feminista apresentada por Bogado (2018) e sintetizada pela frase “mexeu com uma, mexeu com todas”: o caráter coletivo dos depoimentos pessoais.

Se as narrativas pessoais são marcadas pela posição social em que cada eu se insere, a repetição pela multidão provoca a sensação de que poderia ter acontecido com qualquer uma, ou pelo menos de que o que aconteceu deveria concernir a qualquer uma. Está em jogo a percepção de um problema comum. Em vez de apagar a diferença entre as histórias de vida que ali se apresentam, a repetição por todas serve como um fator de sensibilização com essas diferenças, como fator de aproximação e criação de laços. (BOGADO, 2018, p. 37)

Assim, as centenas de mulheres abusadas por João de Deus formam um coro acusatório contra o réu, o qual é apropriado pelo seu grupo de defesa como se a experiência tivesse sido vivida por cada uma delas individualmente. Na prática do debate, todas as mulheres, vítimas ou não, tornam-se uma só.

Em outros momentos desta onda feminista, essa sensibilização se dava por meio do uso massivo de hashtags. Aqui, é a repetição exaustiva e incansável das denúncias das violências sexuais vividas pelas vítimas que visa à comoção de seus interlocutores. É principalmente através desse comportamento de repetição, de defesa e de esclarecimento que o movimento feminista contemporâneo se faz presente nas conversações sobre o caso João de Deus.

Por fim, o grupo que condena o médium, o mais volumoso de toda a pesquisa, atua no endosso da perspectiva feminista, ainda que de modo simplificado. Uma simples demonstração de condenação, aqui, possui um subtexto de crença na veracidade das denúncias feministas. Só se expressa um sentimento de indignação contra alguém quando se acredita que este sujeito é culpado. Por isso, essa grande massa de comentários dá suporte à força do espectro pró-feminista, ainda que não aborde a temática de gênero de forma direta. Por isso, neste momento vemos que a lógica feminista “estoura sua bolha” e impacta indivíduos que não necessariamente costumam integrar esse debate. Ao não questionar essa veracidade, vemos um pequeno avanço com relação às pautas de gênero, uma vez que a grande maioria

dos comentários está deste lado do espectro ideológico: são mais de trezentas mulheres contra apenas um homem, como poderia ser mentira?

No entanto, uma ressalva se faz necessária: é natural que esse grande volume de denúncias colabore para essa força argumentativa e de convencimento. Por isso, não temos como inferir como se daria essa lógica se esse número fosse menor. Quantas mulheres seriam necessárias para que sua palavra valesse mais que a de um homem?

Por isso, finalizamos esta análise apontando que, neste caso, o espectro pró-feminista não apenas demonstrou uma forte presença como se consolidou como o mais potente do debate. Os antifeministas estiveram presentes em menor número e com perfil mais monológico e não-racional, o que enfraqueceu seu posicionamento no quadro geral: no total, temos 71,6% de comentários pró-feministas e 7,58% de antifeministas. Encerramos nos questionando qual seria esse “placar” se o caso João de Deus não se tratasse do maior escândalo sexual do país.

4. Considerações finais

Harvey Weinstein, Roger Ailes, Roger Abdelmassih, José Mayer, Marcius Melhem. Apesar da sua gigantesca extensão, o caso de João de Deus ecoa o de outros homens poderosos que, no Brasil e em outros países, foram alvo de denúncias de abuso sexual nos últimos 15 anos, e que em alguma medida causaram comoção pública e sofreram consequências pelos seus atos. Guardadas suas diferenças e especificidades, todos eles têm em comum uma relação de desigualdade de poder com suas vítimas. Nesse contexto, essa vulnerabilidade da posição da mulher só tende a explicitar a relação patriarcal entre os gêneros. Também são comuns entre eles seu caráter público: os relatos quebraram o sigilo que tantas vezes protege o acusador. Ao compartilhar suas histórias, essas vítimas encontraram apoio em outras mulheres – tanto aquelas que passaram por situações parecidas e endossaram as denúncias como aquelas que apoiaram sua decisão de sair do silêncio – uma realidade brutal da violência de gênero. Estima-se que, por vergonha, culpa ou medo de passar por novas violências, apenas 10% dos casos de estupro no Brasil sejam denunciados (OLIVEIRA, 2019). Ainda que cada caso tenha obtido diferentes

intercorrências, nenhum deles passou incólume ou foi ignorado (embora nem possamos imaginar quantos outros ainda permanecem desconhecidos). Este resultado contra a impunidade é bastante marcado pela presenta feminista, que, como vimos, apropria-se dos relatos das vítimas para realizar uma denúncia coletiva potencializada pelos ambientes online.

Este artigo é derivado de uma dissertação que, neste contexto, optou por se aprofundar sobre o escandaloso caso de João de Deus, buscando traçar conexões entre os movimentos feministas contemporâneos e as conversações políticas cotidianas a respeito dos abusos sexuais. O principal resultado obtido mostra que esse embate de fato é apropriado pelo espectro pró-feminista, apresentando um maior volume de comentários e características mais positivas para o debate entre aqueles que defendem as vítimas e que são diretamente vinculados aos feminismos. Assim, encontramos um forte impacto da mobilização feminista nessas conversações. Isso se estende também para o outro espectro do debate, articulando aqueles que confrontam as militantes em uma movimentação que claramente é herdada de uma discussão prévia sobre o tema. Ainda que em pequena porcentagem, esse grupo está presente e é bastante incivilizado e não contribui para o avanço do diálogo. Ademais, vemos, através do questionamento das vítimas, uma reprodução de estereótipos bastante antigos com relação à violência contra a mulher, que também está presente em menor número.

Diversas limitações são existentes neste estudo. Aqui, tratamos dos feminismos – no plural – como um grande movimento feminista – no singular, o que muito se dá em decorrência do recorte da pesquisa, que não conseguiria abarcar a complexidade dos movimentos. Explicitamos também que ambas as autoras partem de um lugar de fala de pesquisadoras e feministas brancas, cisgênero e heterossexuais.

Outra limitação é que, tratando do viés de gênero, outras intersecções possíveis ficam descobertas: é o caso da religiosidade inerente tanto ao réu, médium, como às vítimas, que em sua maioria buscavam atendimento espiritual. Esta questão, assim como outras presentes nas demais categorias não abarcadas por este artigo, também são passíveis de uma discussão mais minuciosa.

Ressaltamos, por fim, que este estudo contribui para compreender como o ambiente online se tornou um catalisador dos movimentos feministas e do poder decorrente dele – o que, em tempos obscuros, demonstra ser uma ferramenta fundamental de combate às desigualdades.

Referências

- BIROLI, F. **A reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico**. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Notícias em disputa: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil. São Paulo: Contexto, 2017, p. 117-146.
- BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BLAY, E. A. **Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2008.
- BOGADO, M. **Rua**. In: Heloisa Buarque de Hollanda (Org.); Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade, 2018. São Paulo: Companhia das Letras.
- COSTA, C. **Rede**. In: HOLLANDA, H. B. Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- COULOURIS, D. G. **A desconfiança em relação à palavra da vítima e o sentido da punição em processos judiciais de estupro**. 242 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, 2010.
- DRYZEK, J. Theory, Evidence and the Tasks of Deliberation. In: ROSENBERG, S.W. (Org.). Deliberation, Participation and Democracy: Can the people govern? New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- FRIESS, D.; EILDERS, C. A systematic review of online deliberation research. Policy and Internet, v. 7, n. 3, p. 319–339, 2015.
- MAIA, R. Conversação cotidiana e deliberação. In: GOMES, W.; MAIA, R. Comunicação e democracia: Problemas & perspectiva. São Paulo: Paulus, 2008.
- MANSBRIDGE, J. A conversação cotidiana no sistema deliberativo. IN: MARQUES, Angela C. S. (org). A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- MELLO, A. R. Femicídio: uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016.
- MENDONÇA, R. F.; SAMPAIO, R. C.; BARROS, S. A. R. Deliberação on-line no Brasil: entre iniciativas de democracia digital e redes sociais de conversação. Salvador: EDUFBA, 2016.
- MIGUEL, L. F. Consenso e conflito na teoria democrática. Revista Lua Nova, São Paulo, 92, p. 13-43, 2014.
- OLIVEIRA, K. V. B. A subnotificação enquanto característica marcante do estupro no contexto brasileiro. Revista FIDES, v. 10, n. 2, p. 304-317, 2019.
- RIZZOTTO, C. C. Racionalidade versus histórias de vida: uma análise das estratégias comunicacionais deliberativas em debates polêmicos e polarizados. [Projeto de pesquisa]. Processo no. 427677/2018-1. Chamada MCTIC/CNPq n.o 28/2018. 2018.
- RIZZOTTO, C. C.; BELIN, L. L. DEBATE ALÉM DA FRONTEIRA: características deliberativas da conversação de brasileiros sobre a [não] descriminalização do aborto na Argentina. In: Anais do VIII



Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Política. Brasília: Compolítica, 2019.

RIZZOTTO, C. C.; SARAIVA, A. Violência de gênero em debate: uma análise das conversações sobre a lei do feminicídio na fanpage do Senado Federal. In *Texto*, n. 49, p. 249-269, 2020.

RIZZOTTO, C. C.; SARAIVA, A. S.; NASCIMENTO, L. #ELENÃO: conversação política em rede e trama discursiva do movimento contra Bolsonaro no Twitter. *Anais do 27o Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, Porto Alegre, 2019.

SARAIVA, A. S. Não é de Deus: análise da presença do feminismo nas conversações cotidianas sobre o caso João de Deus. 163 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, 2020.

STROMER-GALLEY, J. Measuring deliberation's content: a coding scheme. *Journal of Public Deliberation*, Vol. 3, Iss. 1, Art. 12, 2007.

VIGARELLO, G; MAGALHÃES, L. História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX. Jorge Zahar, 1998.

YOUNG, I. Desafios ativistas à democracia deliberativa. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 13, 2014.